

TRABALHADORES POBRES (?): NOTAÇÕES SOBRE PESQUISA EM HISTÓRIA, VIDA URBANA E CONDIÇÕES DE CLASSES (UBERLÂNDIA/ MG)

*Sérgio Paulo Morais**

Resumo: Este artigo traz reflexões relativas à tese “Empobrecimento e ‘Inclusão Social’: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/ MG (1980-2004)”, considerando noções sobre trabalhadores “pobres” no tocante às transformações do viver, das consciências e das condições de classes.

Unitermos: Empobrecimento. Periferia. Vida urbana.

Abstract: This article reflects on the thesis ‘Impoverishment and “Social Inclusion”’: urban life and poverty in the city of Uberlândia / MG’ (1980-2004), considering notions about the working ‘poor’ in relation to the transformations of living, of consciousness and conditions of classes.

Keywords: Impoverishment. Suburb. Urban life.

Introdução

Defendida no ano de 2007, a tese de doutorado “Empobrecimento e ‘Inclusão Social’: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/ MG (1980-2004)” trata de assuntos pertinentes a processos que ainda estão ocorrendo na sociedade brasileira. É evidente as mudanças no modo tratamento dos pobres, e a não discussão da existência e persistência da pobreza.

* Doutor em História Social, Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia.

A pesquisa que constitui a tese nasceu de um projeto que tentava dar conta de questões que envolviam, a princípio, a utilização de pequenas quantias de dinheiro por parte dos trabalhadores. Essa utilização característica da economia popular em cujo âmbito são utilizados centavos, possibilitava, a meu ver, a compra de produtos diversos os quais garantiriam a sobrevivência de milhares de pessoas na cidade, no estado e no país. Essas ideias surgiram a partir da vontade de discutir sobre o que as categorias populares consumiam – ou passaram a consumir – a partir da “reorganização monetária e política” iniciada em 1994 com o lançamento do denominado “Plano Real”.

A manchete “Real chega para ‘despencar’ inflação”¹ introduz notícia do Jornal Correio, principal veículo de comunicação impresso da cidade, no dia do “lançamento” da “nova” moeda e trouxe exemplos de mercadorias e serviços que custariam menos de R\$ 1², sinalizando novas possibilidades e abertura para novos comportamentos de consumo.

Nesse sentido, a ênfase dada ao combate da inflação e à volta da “capacidade de compras” marcaram o início de uma crescente divulgação da melhoria da qualidade de vida, legitimada pela possibilidade do aumento do consumo.

Um sintoma destas mudanças se fez claro nas notícias sobre as comemorações de fim de ano. Para o Jornal, se o décimo terceiro salário de 1992 (um ano considerado “perdido”) foi utilizado pela classe média tão somente para a aquisição de roupas e alimentos³, o mesmo não ocorreu no ano de 1994:

[...] a classe média não tem dúvidas de que este ano a ceia natalina será mais farta, as árvores estarão cheias de presentes e as compras poderão ser feitas com a tranquilidade de quem vive em um país sem inflação. Acostumada aos shoppings e boutiques, a classe média vai ao paraíso com planos e moedas estáveis que garantem o cumprimento de um orçamento possível. ‘A gente não tem dúvida, sabe quanto vai gastar, não é como no passado em que comprávamos com juros altos’, afirmou a professora Regina de Oliveira Firmino. Ela fez todas as compras de Natal no shopping, gostou dos preços e saiu cheia de sacolas. ‘Acho que este natal não vai ser dos piores’, garantiu. A também professora Cléria de Lourdes Correia Batista andou muito para encontrar os presentes que queria. Viu diferenças gritantes nos preços, mas se disse satisfeita com as compras. ‘Encontrei camisetas com diferença de até 100% no preço’, avisou. Cléria de Lourdes acredita que sua família terá um bom natal: ‘não há Papai Noel gordo, mas teremos um Papai Noel médio’.⁴

¹ Cf. “Real chega para ‘despencar’ inflação”. *Jornal Correio do Triângulo*. 01 Jul. 1994, p.1 e 9.

² Cf. “Entre alguns serviços destacamos a passagem do ônibus coletivo taxada a R\$ 0,35”. *Jornal Correio do Triângulo*, p. 9.

³ Por força do que chamou de “recessão”. Cf. GUARANY, Ana. “O 13º deste ano deverá comprar roupa e comida”. *Jornal Correio do Triângulo*. 15 Nov. 1992, p. 6.

⁴ “Classe média aposta em Natal de fartura”. *Jornal Correio do Triângulo*. 24 dez. 1994, p. 4.

Nessa época otimista localizam-se mudanças significativas em diferentes instâncias: no consumo, com a criação das lojas de 1,99 (em função das importações decorrentes do ao preço do Real frente ao dólar), com a propalada mudança alimentar de grande parte da população, enfim, essas mudanças referem-se a uma série de fatores que fizeram da moeda forte um instrumento que parecia levar o país ao desenvolvimento e levar a classe trabalhadora “ao paraíso”.

A perspectiva de aumento de consumo não se restringia somente a reportagens sobre os hábitos e sonhos da classe média. As divulgações de produtos que se tornaram “populares” assinalaram uma crescente perspectiva de que os pobres enfim consumiriam, ou, pelo menos, poderiam consumir mais alimentos.

A respeito dessas projeções, tem-se no Jornal Correio de Uberlândia:

Este mês, o Real completa dois anos. Só por ter controlado a inflação, que vem se mantendo perto de 1% ao mês, o brasileiro já teria motivos de sobra para comemorar este aniversário. No entanto, o mais importante não é o que o Real conseguiu diminuir, é o que ele conseguiu aumentar. O consumo de alimentos de uma forma geral aumentou 30%. O consumo de massas aumentou 16%, o de bolachas e biscoitos aumentou 30%, o de polpa de tomate aumentou 19%, o de iogurte aumentou 89%, o de feijão aumentou 87%, o de carne aumentou 96%, o de frango aumentou 80% e o de ovos aumentou 82%. Com o Real, 35 milhões de brasileiros entraram para o mercado de consumo. Com moeda forte e economia estável, o que aumentou foi a confiança do brasileiro, a possibilidade de planejar a longo prazo, de ter um projeto de vida com segurança de poder realizar. Porque, quando os brasileiros realizam seus sonhos, o Brasil realiza seu compromisso maior: ser uma nação mais justa. Em dois anos, o Real melhorou a vida de muita gente. Agora é caminhar para frente. O governo sabe disso e o povo também. BRASIL GOVERNO FEDERAL/BANCO CENTRAL DO BRASIL (CUIDAR DA MOEDA É NOSSO FORTE).⁵

Esses quantitativos ignoravam um fator social significativo: as relações de vida e o modo como os trabalhadores pobres resolviam seus problemas de alimentação, transporte e moradia, o qual continuou sob as mesmas perspectivas e regras anteriores. Nesse aspecto, um aumento de bolachas e biscoitos nas casas dos trabalhadores mais pobres não os retirou dos circuitos mais complexos de dominação, assim como não alavancou novamente a idéia e o mito de cidade-progresso.

Considero que o tema *consumo*, nessa dimensão, está relacionado às “pequenas quantias em dinheiro”, revelando dimensões de cultura dos trabalhadores ainda não muito exploradas pela pesquisa histórica. No entanto, não consegui levá-lo

⁵ “REAL. Mais do que uma moeda, um projeto para o Brasil”. *Jornal Correio do Triângulo*, 4/07/1996, p. 7. Publicidade.

adiante nos de desenvolvimento da pesquisa no doutorado por uma série de razões metodológicas – para não dizer em dificuldades de perspectivas (sociais e políticas) para os historiadores sociais.

A primeira foi localizar os sujeitos de um modo coletivo. Primeiramente, pensei em focar grupos ou categorias que recebessem um salário mínimo, pois pensava ao mesmo tempo em dialogar com a concepção de trabalho considerado *pobre*, a qual é recorrente e quase naturalizada na historiografia que trata de trabalhadores e movimentos sociais. No entanto, muitos trabalhos acadêmicos mostravam um social contingente maior que não recebia salário propriamente dito, trabalhando em diferentes atividades as quais propiciavam pequenas quantias cotidianas (TELLES, 1994; COUTO, 2002; PETUBA, 2001; MEDEIROS, 2002; MORAIS, 2002) e que deveriam, a meu ver, serem consideradas.

A concepção do fazer-se sujeito e localizá-lo frente à relação com as pequenas quantias colocaria outras perspectivas para além da localização financeira, pois não pretendia lidar com “moedas” (no sentido literal) como um elemento de circulação natural, sem origem, sem trabalho realizado para a obtenção e a utilização. Por outro lado, não tinha (e nem tenho) qualificação para realizar análises econômicas sobre preços, variáveis diversas e localização social de compradores.

A partir de tais limitações, tentei organizar a pesquisa por meio do estudo de um programa de venda subsidiada de alimentos iniciado na década de 1990. Tratava-se do “Pró-pão”⁶ – cesta vendida a trabalhadores que recebiam até um salário e meio. Por vias tortas, a relação do “poder público” com aqueles considerados pobres passou a ser o centro irradiador do estudo, retirando de cena a “economia dos centavos”.

Aqui, mais uma questão política a nortear as discussões: o projeto fora apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em novembro de 2002, no apagar das luzes do governo FHC, e foi iniciado em março de 2003, no princípio do governo Lula. Vale lembrar que os ecos de “combate a fome”, advindos do discurso de posse do presidente petista ainda ressoavam nas Universidades, nos movimentos sociais, nas diversas instâncias do social.

Por outro lado, cidades interioranas, com transtornos de grandeza, desenvolviam, à sua maneira, políticas de “benefícios” aos mais pobres sob taxativas classificações de níveis distintos de miséria. Uberlândia era uma destas. Referi-me acima

⁶ O Pró-Pão é “[...] um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsídio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta”. Disponível em: <<http://www.uberlândia.mg.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2002.

ao programa de cestas subsidiadas pelo poder público e este era apenas um de vários programas que interpunham verbas federais (por exemplo, a Bolsa-Escola)⁷, estaduais (no caso da conta de energia subsidiada) e municipais, mas que eram organizados e distribuídos nas cidades, por meio de regras muito particulares.

O Pró-pão, em 1995 (ano de sua criação), por exemplo, beneficiava “apenas” os que recebessem um salário e meio (com comprovação na carteira de trabalho) e consumissem 15 mil litros de água e 100 KWh de energia elétrica. O programa traçou com nitidez o padrão de pobres que a municipalidade reconheceria a partir de então como pertencente ao mapa social de Uberlândia, e nesse meio, havia espaço apenas para os que trabalhavam.

Em meio a um ar de desconforto, a questão do quantitativo salarial foi discutida na ocasião do lançamento desse programa. Embora os Secretários de Saúde e de Trabalho e Ação Social considerassem que a cesta seria comercializada para os que não teriam condições de comprá-la nos mercados da cidade, eles esperavam que o índice de adequação ao benefício subisse até dois ou três salários.⁸

O secretário de Saúde, Paulo Salomão, esclareceu naquele debate que levantamentos preliminares mostravam serem “poucas famílias que estão nesta faixa salarial em Uberlândia. Isso aponta para um crescimento desse índice”⁹, avaliação muito positiva, pois nos anos posteriores o critério de renda diminuiu ao invés de aumentar.

⁷ A Bolsa Escola foi [...] “criada pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovada pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 10.219, de 11 de abril de 2001 [...]. O universo de atuação da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola foi delineado a partir da constatação de que o Brasil tem hoje cerca de dez milhões de famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo mensal per capita. Em conjunto, essas famílias abrigam cerca de onze milhões de crianças na faixa etária de seis a quinze anos. Com o aumento de recursos, a Bolsa Escola poderá atender, em 2001, a praticamente todas essas crianças. O programa pretende chegar a 10,7 milhões de crianças e adolescentes de seis a quinze anos e a 5,9 milhões de famílias”. Segundo informações obtidas no site, em Uberlândia 6.789 famílias eram atendidas pelo programa Bolsa Escola (em 2002). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/home/bolsaes/default.shtm>>. Acesso em: 12 Ago. 2002.

⁸ Existiam algumas previsões de que o quantitativo do salário de beneficiário do Pró-pão pudesse alcançar tal patamar. “[...] O programa é destinado a famílias com renda de até três salários mínimos e, nessa fase de implementação, o credenciamento é permitido para famílias que recebem 1,5 salário”. Ver: Programa de Alimentação Popular de Uberlândia já está no ponto. *Jornal Correio do Triângulo*. 21/07/1995, p.3. Porém, até o presente momento (setembro de 2006), de acordo com as informações prestadas pelo site da Prefeitura de Uberlândia: “para se inscrever no programa, o candidato deve ser maior de idade ou casado e apresentar, além de comprovante de residência, a comprovação de renda do chefe de família de até um salário mínimo e meio”. Disponível em: <http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294>. Acesso em: em 12 Set. 2006.

⁹ Para acessar “novas” regras para o programa, http://www.uberlandia.mg.gov.br/servicos_programas.php?id=305. Acesso em 26 Mar. 2011.

De qualquer modo, este foi um ponto de controvérsia entre diferentes interpretações sobre a pobreza. Muitos dos pobres entrevistados pelo *Jornal Correio* (nos artigos sobre bairros periféricos) mostravam-se impacientes com as exigências colocadas para a aquisição do Pró-pão.

Alguns chegaram, inclusive, a estabelecer críticas ao recém lançado projeto da Prefeitura de Uberlândia, que pretende beneficiar famílias de baixa renda, com a venda de produtos alimentícios a baixo preço. As críticas, apenas dos moradores entrevistados no bairro São Jorge, foram fundamentadas no fato de que para conseguir se beneficiar do projeto é preciso que haja comprovação de renda, o que nem sempre é possível, ou porque ela não existe ou pelo fato de grande parte dos trabalhadores do bairro atuarem na economia informal, como autônomos.¹⁰

Nota-se (e isso é de uma importância significativa para se discutir a temática) que os parâmetros de pobreza são construídos e reconstruídos por intermédio de parâmetros localizados em cidades antes de qualquer outra instância (regional, nacional e continental, entre outros), e os conflitos, os consensos e as ações humanas em torno disso ocorrem de modo diferenciado em instâncias diversas.

Temos aprendido isso na leitura e na insistente releitura da obra do historiador inglês E. P. Thompson (1997) na introdução do livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Chama-nos a atenção o tratamento atribuído, em um parágrafo apenas, ao acontecimento, à experiência e à consciência de classe. De modo enigmático, indica nesta Thompson passagem: “A consciência de classe surge da mesma forma em tempos de lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”. (THOMPSON, 1997, p. 10)

Aqui caberiam algumas breves considerações sobre a pesquisa em relação à citação. As atitudes e as ações dos beneficiados passaram a ser vistas como cooperativas – ou mais diretamente: como mecanismo de anestesia sócia por parte de significativa *intelligentsia* que comportava expoentes de esquerda, de direita (obviamente com significações diferentes) em conjunto com segmentos da igreja católica¹¹ e com o assentimento de diferentes e numerosos membros da sociedade.

Pela proporção que toma esse debate, apenas aponto:

Primeiramente, em Uberlândia, terra “próspera” e progressista (cf. discussão em ALVARENGA, 1988; RODRIGUES, 1989; NUNES, 1993; SIMONINI, 1994; MACHADO, 1990; SOARES, 1995), os programas foram criados ou mantidos em (por) administrações “conservadoras” (na cidade de Uberlândia, por exemplo,

¹⁰ “Pró-pão não agrada a todos”. *Jornal Correio do Triângulo*. 25 Abr. 1995, p. 7.

¹¹ “Pastoral pede à Câmara modificações no Pró-pão”. *Jornal Correio do Triângulo*. 09 Mai. 1995, p. 7.

sob uma estanha égide que conjugava PDT/PFL, PMDB e PPB) em cooperação com ONGs que, entre outras coisas, tratavam de diminuir a idade penal, indicar modos de atuação à polícia e que, em reuniões com de beneficiados, apresentavam palestras realizadas por psicólogos e delegados.¹²

Em segundo lugar, ao iniciar a pesquisa, já reformulada pelas “bolsas”, buscava encontrar sujeitos definidos por intermédio do trabalho que realizavam, ou seja, famílias que lavavam e vigiavam carros; vendiam verduras e frutas em esquinas; comercializavam passes de ônibus, sucos, salgados, jogos e loterias, cartões telefônicos, artesanatos, brinquedos; distribuíam panfletos nos sinais; transportavam pessoas e mercadorias; pessoas que possuíam algum parente com carteira assinada ou que eram eles próprios portadores desse documento, assim como pedreiros e empregadas domésticas, dentre outros.

Por meio de entrevistas realizadas no ano de 2004 com pais de alunos bolsistas ou beneficiários de programas sociais, deparei-me com situações e entrecos sociais que me fizeram recompor alguns focos anteriores.

Sem dúvida, estava tratando com famílias de pedreiros, trabalhadores rurais e empregadas domésticas, mas esses trabalhadores apresentavam-se como pessoas “carentes”. Certa concepção dominante sobre a educação formal – que precisa ser mais bem apreciada por meio de outras pesquisas – dispersa na imprensa, nas academias, nas igrejas, nos discursos do poder, em conjunto a um cristalizado senso comum sobre o tema, parecia cumprir uma dupla função social: a absolvição dos trabalhadores pela ausência (de oportunidade) de estudo, indicando a aceitação ampla de promoções laicas de assistências e a disseminação do entendimento dos sujeitos como portadores de menor “inteligência” ou de conhecimento sobre saúde, alimentação, geração e sobre modos de criação dos filhos.

Tal noção sobre o social não esteve somente no campo dos textos, dos discursos ou da “imaginação”. Foi colocada em prática nos anos de 1990 e posteriores por psicólogos, professores, assistentes sociais, entre muitos outros, em diversas instâncias, descaracterizando no social a noção de “fazer-se” dos sujeitos enquanto classe, em perspectivas materiais de vida, desarticulando de diversos modos as

¹² “ONG Reação quer reduzir a maioridade penal”. *Jornal Correio*, 12 Dez. 1998. p. A-1.
“17º coloca todo o efetivo nas ruas”. *Jornal Correio*: 22 1999. p. A-1.
“Operação Fecha Batalhão chega a Zona Oeste”. *Jornal Correio*, 29 Mai. 1999. p. A-1.
“Sociedade se une contra crime”. *Jornal Correio*, 16 Jun. 1999. p. A-1.
“Entidades discutem projeto básico de segurança”. *Jornal Correio*, 16 Jun. 1999. p. B-6.
“ONG fará radiografia da violência na cidade”. *Jornal Correio*, 02 Mai. 2000. p. B-1.
“Estudo REAÇÃO faz Mapa da Violência”. *Jornal Correio*, 20 Set. 2000. p. B-12.
“QUERO PAZ, diga não a violência”. *Jornal Correio*, 20 Set. 2000. p. B-12.
PROPAGANDA. REAÇÃO. *Jornal Correio*, 08 Jun. 1999. p. A-5.

perspectiva dos debates sobre “consciência de classe” nos embates políticos e historiográficos.

Neste aspecto, as entrevistas realizadas informaram mais sobre os patamares de tensão e de dominação vivenciados do que a respeito de perdas coletivas, de relações de vida e de trabalho que, possivelmente, geraram as situações que permitiram às famílias o recebimento de bolsas, a orientação de psicólogos, a observância das assistentes sociais etc.

As narrativas distanciavam-se das temáticas sobre o trabalho, das memórias das construções coletivas dos bairros – muitos dos quais resultantes de ocupações, tal como o bairro Dom Almir (PETUBA, 2001) –, das comissões para organizar formas de alimentação, farmácia etc. Ao invés disso, preferiam dramatizar suas rotinas por meio de relato de doenças, histórias pessoais de “má sorte” e lamentações, em um discurso que se aproximava do discurso de panfletos produzidos e distribuídos por “mendigos” em sinaleiros da cidade, o que em um primeiro momento poderia indicar como assertivo as projeções da Igreja, da *intelligentsia*, entre outros.¹³

As narrativas sobre as doenças mereceriam, a meu ver, uma pesquisa a parte. Além do desemprego, da falta de estudo e do abandono pela esposa, a condição de saúde se destacava nas interpretações do trabalhador rural José Ribeiro, à época com 60 anos:

Ainda ando aconselhando o menino ainda, ralho muito com ele, muita coisa que meu pai passou eu já ando passando né. Nois temo um problema de família de gente cardíaco, que do lado do finado meu pai era treze e já foi nove... repetido... por derradeiro, no final foi meu pai com um prato de almoço na mão. Do lado da minha mãe era nove já foi quatro... tudo repetido, e o mesmo que meu pai sofria eu sofro, só que nunca consultei, nem nada. Um irmão meu legítimo que trabalhava no INPS tem pelejado comigo pra ir lá pra podê tirar um eletro, eu nunca fiz e eu falo pra ele que nem quero porque o médico deu muito repouso final pro meu pai e agora pra mim que crio dois menino sozinho e Deus eu não tenho jeito de guardar repouso, porque chego lá vou tirar um eletro e

¹³ Sobre a menção aos mendigos, tratava-se de pequenos pedaços de papéis entregues aos motoristas. A prática tornou-se comum em Uberlândia no período em que entrevistei os “beneficiados”. Em alguns destes no panfleto se lia: “Estou pedindo uma ajuda para comprar arroz e feijão para meus (03) três filhos menores. Não importa o tamanho da ajuda. O importante é que é dado de coração. Aceito vale transporte e vale refeição. DEUS LHE PAGUE.” “Devolva o papel, por favor”. Bilhete digitado. Recolhido em 6 de março de 2004. Semáforo, cruzamento da Av. João Pinheiro com João Pessoa, Uberlândia/MG. “Prezado Amigo! Estou pedindo ajuda para comprar leite nam do meu filho que é caro. Moro em um barraquinho, que molha tudo por dentro quando chove. Não importa o tamanho da ajuda, o importante é ser dado de coração. DEUS ABENÇÔE A TODOS. Obrigada!”. Panfleto entregue em semáforo do cruzamento entre as avenidas Rondon Pacheco e João Naves de Ávila. Uberlândia: 8 de março de 2004.

“você tá com esse problema, assim e assim, o repouso seu é esse e coisa e tal, é isso e aquilo. E você não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Eu não trabalhando por causa da idade, sou considerado aleijado de uma perna, e tenho vários problemas, tenho [...] tenho o golfo fechado, eu como é bebendo água, até uma sopa que eu ganhá de qualquer uma pessoa aí da rua, se não tiver água, eu não como, né. E como é que eu vou guardar repouso com um casal de menino menor? E a não ser Deus e o povo que me ajuda... [...] Não quer dizer que eu tô sentindo dor, uma pontada, formigamento, essas coisas não, né. Problema eu tô sentindo, incha os pé, desincha os pé, passa uns três dias inchava a maminha esquerda e dava esses negócio nos braços, né... e dava essas mancha desse jeito [...] meio de vermelho assim, tá vendo? [...] É nos dois braços... Tipo que dá um dá no outro, só daqui a aqui. Aí vai levantando os carocinhos, essas manchinhas de vermelho ce vê eles levantando os carocinho, depois aquilo resseca eu... passo a mão assim sem coçá com a unha e esfarela tudo né. Irrita essas manchinhas, aí ó.”¹⁴

O estado de saúde precedia, em significativos momentos da narrativa, a relação do entrevistado com trabalho ou com o próprio desemprego. Mas, quais sentidos poderiam ser apreendidos dessa situação “particular”? Estaríamos verificando a assunção da condição de pobreza entre os trabalhadores, a qual tomava dimensões particulares, sendo narradas sob a tônica de doenças, azares, conflitos familiares e outros fatores?

Por um lado, vários outros trabalhadores narraram situações semelhantes, além de indicarem más condutas de vizinhos e de outros beneficiados, que trocavam as bolsas por cigarros, bebidas e drogas. Em minha opinião, as narrativas por elas mesmas não dão conta da complexidade das “consciências” apresentadas, pois as conexões entre os elementos apresentados nas narrativas (doenças, azares, mortes na família etc.); as trajetórias de trabalho, de vida, com as interligações entre distintos sujeitos em épocas outras; a verificação nas disputas de memórias sobre ser pobre nesta (e/ou em outra) cidade; a educação formal e o que emana em relação ao “mercado” de trabalho no capitalismo; as noções de “vitórias” e “derrotas sociais”, entre outros, necessitavam (e ainda urgentemente necessitam) ser observadas frente os avanços e retrocessos empreendidos no processo histórico, com suas distintas nuances: culturais, políticas, econômicas e (por fim) sociais.

A longevidade desse processo pode não ser precisada por flashes nas ocorrências vivenciadas em trinta, quarenta ou cem anos¹⁵. Também não há de se considerar

¹⁴ José Ribeiro Filho. 60 anos, divorciado (pais de dois filhos que vivem com ele), trabalhador rural desempregado. Residente no bairro Dom Almir. Uberlândia, 07 de maio de 2004. Local: Residência (Entrevista 3, fita1). Acervo da pesquisa: “Empobrecimento e ‘Inclusão Social’: Vida Urbana e Pobreza na cidade de Uberlândia, MG (1980-2004), defendida no ano de 2007. PUC/SP.

¹⁵ Por tal razão, não indico um quadrante de tempo histórico no título, mesmo tratando de uma tese que perfaz o período 1980-2004.

aqui “longas durações” ou elaborações do gênero, mas principalmente os movimentos de constituição dos trabalhadores nas suas diferentes experiências de trabalho e vida e no “fazer-se” enquanto classe social no Brasil.¹⁶

Nenhum estudo por si mesmo teria fôlego para tanto, falta-nos conjecturar e dividir esforços no empreendimento de colocar diferentes pesquisas em diálogo, procurando localizar tanto as imposições sobre os trabalhadores, que nos fazem reconhecer grande parte dos mesmos como brasileiros “pobres”, quanto às insurgências, organizações, disputas e vocalizações que colocaram em tempos e lugares distintos a “ordem” em constrangimento, ou, ao menos, “revelada” em suas proporções de domínio e de coerção.

Considerando essas dimensões, retomando a “Lógica Histórica” de Thompson (1981, p. 47-62) e o início do livro III da Formação da Classe operária, “é quase impossível apresentar um relato histórico coeso sobre uma presença não coesa, [como em diversos trabalhadores que “flutuam” entre as bolsas e políticas de compensação], mas é preciso tentá-lo” (THOMPSON, 2002, p. 09).

Essa tentativa ascenderá de diversas memórias e histórias em diálogo em uma análise “classista” das circunstâncias de vida e de trabalho desses sujeitos, que parecem (ou aparecem) nos índices, nas manchetes dos jornais e nas prestações de contas dos governos como “indivíduos” sem vida, sem trabalho, sem estudo e sem “consciência”.

Ao invés das consciências de classe tal como provocada por Thompson (1997, p. 10), o que fora registrado nas entrevistas e nas transcrições? Ainda guardo uma experiência como representativa de intenções, intuições e atitudes dos beneficiados em relação “estranhos” pertencentes (em suas visões) a outras classes, o que poderia indicar um “teatro” de relações.

Em certo momento de uma entrevista realizada na casa de uma beneficiária do Bolsa Escola sua filha mais nova chegou acompanhada por uma colega. A moça trouxe um vasilhame escuro de aproximadamente 600ml dentro de uma sacola opaca. A entrevistada se levantou rapidamente, abriu a geladeira, guardou o embrulho e voltou um tanto desconsertada para o lugar em que estava. Deve ter imaginado que a compra do produto provavelmente descaracterizaria as condições de vida narradas por ela, colocadas como obra do destino e indicadas durante sua narrativa.

¹⁶ Indicações que constam do significativo texto de Fenelon (1993), nas discussões a respeito de “cultura”.

Assim, considero ter aproximado de estratégias para assegurar a permanência dos recursos, mas não a aceitação absoluta das “regras do jogo” – ou a revelação de uma densa, (mesmo que difusa) “consciência” ampla, narrada de forma pessoal, mas com indicações (perigosas) de extensas deferências às interposições e dominações sociais. Sendo assim, temos muito a aprofundar em relação a essa questão antes de tomá-la como manifestação de ignorância, “fraquezas” (ou, para não soar de modo tão liberal, enfraquecimento nas ações políticas dos trabalhadores) e/ou mesmo “oportunismos”.

Em meio às artimanhas para mostrar cumprimento de regras, indicando doenças e circunstâncias particulares – utilizadas também para “dissimular” ações e processos de luta que destoavam das condutas e regras colocadas como “passaportes” para os programas sociais – em vez ou outra a ação conjunta (na luta pela moradia, por exemplo) aparecia na narrativa.

Assim, a mesma senhora que “escondeu” rapidamente o vasilhame na geladeira elaborou de um modo crítico a forma em que conseguiu adquirir a casa onde vive:

A gente veio pra cá, lutou pra pegar um terreno aqui. Eu consegui pegar esse terreno porque na época as meninas não podiam vim, nem ele podia, né, porque tava operado, então eu fiquei [na ocupação] [...] aí tá aí até hoje a gente tá pelejando com uma casa ali no fundo.¹⁷

Assim sendo, diversas categorias de trabalhadores, classificadas e mantidas como pobres, vivem condições de classe (com salários, empregos e rotinas de exploração) que parecem naturalizadas por diversas razões enquanto uma “cidadania” paralela toma força e se traveste em certo “politicamente correto”.

Para nós historiadores – ou pelo menos para os que ainda orientam-se nas condições materiais e nas relações (e lutas) de classe – (fica e) ficará a tarefa de decifrar e revelar as contradições e certezas que se estabeleceram em torno dessas “novas” práticas; iniciando na análise do processo histórico e “considerando o campo de forças contido na cultura do povo” (FENELON, 2009, p. 51).

Referências

COUTO, Ana Mágnã Silva. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência: catadores de papel e seus modos de vida na cidade – Uberlândia – 1970-1999*. 2000. Dissertação de Mestrado, PUC/SP.

¹⁷ Nádia Cândia Cruz, 31 anos, casada, desempregada. Residente Bairro São Francisco. Uberlândia, 10 de maio de 2004. Local: Residência (Entrevista 4, fita1). Acervo da pesquisa: “Empobrecimento e ‘Inclusão Social’: Vida Urbana e Pobreza na cidade de Uberlândia, MG (1980-2004), defendida no ano de 2007. PUC/SP.

tação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

FENELON, D.R. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. *Revista Projeto História*, SÃO PAULO/SP, v. 10, p. 73-90, 1993.

_____. O Historiador e a Cultura Popular: história de Classe ou História do Povo? *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 40, p. 27-54, Jan/Jun. 2009.

GUILHERME, Edmilson Lino. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência; experiências de trabalhadores da construção civil em Uberlândia, 1970-2000*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória popular: Teoria, Política e Método*. Tradução de Helen Hughs, Yara Aun Khoury. Transcrito com a permissão de Perks, Robert e Thomson, Alistair. *The Oral History Reader*. Nova York: Routledge, 1988.

LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (Coord.). *Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia*. Uberlândia: UFU, novembro 2001. Sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada – Uberlândia, 1965/1985*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Dep. História, São Paulo, 1990.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. *Trabalhadores e viveres: trajetórias e disputas na conformação da cidade Uberlândia – 1970/2001*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia, 2002.

MORAIS, S. P. *Trabalho e cidade trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia: 1970/2000*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, 2002.

_____. *Empobrecimento e “inclusão social”*: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia, MG (1980-2004). 2007. Tese (Doutorado em História Social).

Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

NUNES, Leandro José. *Cidade e imagens: progresso, trabalho e quebra-quebra – Uberlândia, 1950/1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

PETUBA, Rosângela Maria Silva. *Pelo direito à cidade: experiências e luta dos ocupantes de terra do Bairro Dom Almir – Uberlândia (1990-2000)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

RODRIGUES, Jane de Fátima. *Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a classe trabalhadora uberlandense – Setor de serviços – 1924-1964*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SILVA, Luzia Márcia Resende. *Carregadores de mercadorias: memórias e lutas, Uberlândia, 1970-2000*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SIMONINI, Giselda C. da Silva. *Telefonia: relação empresa cidade. 1954-1980*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOARES, Beatriz R. *Da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado: imagens e representações no Triângulo Mineiro*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida*. In: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo (Org). *Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/CEDI-NETS, 1994, p. 85-111.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou, um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. *Anzac memories – Living With The Legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994.

VALLE, Edenio e outros. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

